



Fotografia: Mariza Almeida

## O trabalhador entre a saúde e a (in)segurança do trabalho

The worker between health and (in)security of the work

Viviane Alline Gregorio Azevedo Braz\*

**Resumo-** O artigo traz alguns elementos da pesquisa para dissertação de mestrado com o objetivo de analisar a relação trabalho-saúde sob o modo de produção capitalista. Destaca-se como a área da Saúde do Trabalhador foi concebida e praticada em cada mudança histórica na estrutura econômica da sociedade capitalista – nos diferentes modelos de gestão da força de trabalho e de organização dos processos de produção: taylorismo, fordismo e o toyotismo –, e como a organização do trabalho repercute na saúde e na segurança da classe trabalhadora. Aborda a saúde a partir da organização do trabalho em seus processos de exploração do trabalhador através de uma perspectiva crítica e de totalidade. Seu objetivo central é desvelar o modo como a organização do trabalho repercute na saúde dos trabalhadores, considerando o processo de trabalho capitalista e a relação saúde-doença.

**Palavras-chave:** trabalho; capitalismo; exploração; saúde.

**Abstract-** The article presents some elements of research for dissertation with the aim of analyzing the work-health relationship under the capitalist mode of production. Stands out as the area of Occupational Health was conceived and practiced in each historical change in the economic structure of capitalist society - the different models of workforce management and organization of production processes: Taylorism, Fordism and Toyotism - and as the organization of work affects the health and safety of the working class. Addresses health from the organization of work in the process of exploitation of workers through a critical perspective and all. Its central objective is to unravel how the organization of work affects the health of workers, considering the capitalist labor process and the relationship between health and disease.

**Keywords:** labor, capitalism, exploitation, health.

.....  
\*Assistente Social (UFRJ), no Serviço de Atendimento Especializado do Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (SAE/HESFA), mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRN) e doutoranda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ. Correspondência: Av. Presidente Vargas, nº 2863, Cidade Nova. CEP: 20210-030. Rio de Janeiro/RJ. E-mail: <vivianealline@yahoo.com.br>.

## **Introdução**

Qualquer estudo que pretenda analisar as formas mais aviltantes de degradação do gênero humano e suas mais diversas expressões no modo de produção capitalista, não pode deixar de considerar os elementos que lhe são fundantes. Assim, para este trabalho, que anseia desvelar as formas de adoecimento da classe trabalhadora, destacando a centralidade da categoria trabalho na relação saúde-doença, inicia-se com uma aproximação à discussão sobre o trabalho e suas formas concretas no modo de produção capitalista. Destaca-se como a área da Saúde do Trabalhador foi concebida e praticada em cada mudança histórica na estrutura econômica da sociedade capitalista, em diferentes padrões de gestão da força de trabalho e de organização dos processos de produção – o binômio taylorismo-fordismo e a produção flexível no toyotismo –, e como a organização do trabalho repercute na saúde da classe trabalhadora. Aborda-se a saúde a partir dos processos organizacionais nos quais se desenvolve a exploração do trabalhador e analisados na perspectiva crítica e de totalidade. Com isso, se tem por objetivo desvelar o modo como tais processos repercutem na saúde dos trabalhadores, considerando as particularidades do processo de trabalho capitalista e a relação saúde-doença.

São recuperados, para tanto, alguns elementos teóricos revisados na pesquisa de mestrado (AZEVEDO, 2011) que teve como objetivo central analisar a relação entre as formas de organização do trabalho e a saúde dos trabalhadores. Foi pesquisado o desenvolvimento teórico-conceitual do campo de estudos da “Saúde do Trabalhador” ao longo das transformações sócio-históricas do modo de produção capitalista, partindo da apreensão da categoria trabalho, ontológica e historicamente entendida em sua forma concreta no modo de produção capitalista, especificamente em seu estágio de acumulação imperialista. E é analisada, ainda, a evolução conceitual e histórica da concepção de “Saúde do Trabalhador” e considera-se o pressuposto de que os processos de trabalho, quando organizados e geridos nos moldes da sociedade capitalista, geram um processo metabólico de destruição da saúde física e mental dos trabalhadores, incidindo em uma relação antagônica entre a atividade do trabalho e as condições de saúde da classe trabalhadora.

A pesquisa assume a perspectiva teórico-metodológica crítica, com a intenção de dar direção à investigação no processo de apreensão do objeto estudado com base no método marxiano. Contemplou em seu objeto de estudo a produção científica no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UFRN, tendo como ponto principal de análise as abordagens dadas à Saúde do Trabalhador nesses estudos. A estratégia para alcançar os objetivos e apreender o objeto de estudo passou pela pesquisa documental, com a análise das teses e dissertações selecionadas; leitura e discussão de textos centrais à questão e legislações pertinentes, e a revisão crítica de outros

documentos e publicações da área, a fim de fundamentar o tom do debate e as questões levantadas, conjugando a pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental, histórica e analítica.

Nesse sentido, se verá a seguir, mais especificamente, como o campo da Saúde do Trabalhador foi concebido e praticado em cada uma dessas fases, e como a organização do trabalho repercute na saúde da classe trabalhadora. Para tanto, se buscará desvendar a relação entre o processo de acumulação do capital e as consequências para a saúde dos trabalhadores, compreendidos a partir de uma processualidade histórica que os articula como unidade diferenciada.

Mesmo que se possa indicar a existência de tipos específicos de agravos a saúde dos trabalhadores ao longo das diversas formas históricas de organização do trabalho, nenhum desses padrões apresenta uma determinação única no processo saúde-doença. Os elementos essenciais que os caracterizam são determinantes em sua totalidade para entender o quadro geral de saúde da classe trabalhadora nos respectivos períodos, assim como permitem analisar de modo mais abrangente os aspectos tratados até aqui, especificamente, aqueles relacionados aos avanços e retrocessos da atenção às condições de saúde do trabalhador no capitalismo.

É importante ressaltar que entendemos a “evolução conceitual” do campo temático por meio das razões sócio-históricas que as determinaram. Nesse sentido, o campo temático da Saúde do Trabalhador é, também, expressão das necessidades sociais concretas das classes, que se manifestam em sua aparência como demandas<sup>1</sup>, contraditórias por natureza.

Neste sentido essa pesquisa procurou fornecer subsídios para a discussão na área da Saúde do Trabalhador, com o objetivo de contribuir para a luta geral dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida, sem a pretensão de esgotar a questão, mas apenas levantar algumas reflexões importantes para serem discutidas e incitar novas produções teóricas que embasem outros olhares sobre ela.

### **1. Trabalho e suas formas concretas no modo de produção capitalista**

Não se pode pensar o trabalho hoje destoante de suas formas originárias, de seu entendimento na base das relações sociais de produção e de distribuição dos bens que satisfazem as necessidades do homem. Essa

---

<sup>1</sup> Mota e Amaral (2008) nos explicam que as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho, sob a sociabilidade capitalista, colocam em disputa esses dois conceitos, considerando as “demandas” como requisições técnico-operativas ligadas ao mercado de trabalho, que não expressam as reais necessidades sociais; já as “necessidades sociais”, representam a problematização das demandas apresentadas, pensadas a partir da realidade concreta.



satisfação das necessidades se obtém da transformação dos meios naturais em produtos, em uma interação metabólica homem-natureza realizada pelo trabalho, o que explica a própria categoria trabalho. Assim se tem o trabalho como a ação humana que torna possível a criação de bens e dá valor a esses, categoria central e indispensável para a compreensão do modo de ser dos homens e da sociedade. O trabalho é, antes de tudo, “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008, p. 211).

Desse modo, o trabalho se especifica pela relação sujeito-objeto, mediada pelos meios de trabalho, que são os instrumentos necessários para proporcionar aos homens a melhor apropriação da natureza – em suas mais variadas formas – para a satisfação de suas necessidades individuais e coletivas. Tal compreensão leva a aludir que o ponto de diferenciação da relação homem-natureza é assinalado pelo trabalho e desenvolve-se e se reconfigura no curso da história.

É possível, assim, mencionar que, enquanto elemento fundante do ser social, ou seja, da humanidade, o trabalho é ontologicamente determinante para a transformação substantiva da espécie humana – enquanto salto qualitativo dos processos desenvolvidos na natureza – em um novo tipo de ser, inédito e mais complexo que os outros já existentes na natureza, agora um ser social. A partir do trabalho, uma espécie natural, o homem, foi transformada em algo diferente da natureza e, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos, como resultado de sua própria ação, produziram a própria humanidade, construíram a história. (NETTO; BRAZ, 2010).

Desse modo, afirmar que o trabalho está na base da história é afirmar que este é historicamente determinado, tendo, então, uma dimensão ontológica, ou seja, ele está enraizado na existência dos homens, de tal maneira que sem ele nem homens nem história existiriam. Ele é determinante das variadas formas dos homens existirem e se organizarem socialmente. Por isso, o trabalho ocupa centralidade na história dos homens, determinando a vida e a organização humana. Considerado como pressuposto da existência do gênero humano, pode-se, ainda, definir o trabalho como o meio pelo qual os homens satisfazem suas necessidades materiais e também espaço no qual, na condição de sujeitos, se relacionam entre si e onde são produzidas e reproduzidas as relações sociais. Nesse sentido, é a partir do trabalho que os indivíduos se realizam enquanto seres sociais, passando a se relacionar com os outros indivíduos em um processo de sociabilidade e construção das relações sociais.

O processo de trabalho – o próprio ato de trabalhar – caracteriza qualquer estrutura social determinada, pois sua característica primária é a produção de valores de uso que satisfaçam as mais diversas necessidades dos homens. Mesmo assim, em determinados momentos históricos o tra-

balho passa a ser usado e controlado em benefício de um determinado sistema de econômico-social, como é o caso do modo de produção capitalista. (MARX, 2008).

Ainda assim, não se pode esquecer que toda sociedade tem sua existência atrelada à natureza, em uma dialética de transformação que é historicamente determinante, alterando ao longo do desenvolvimento das sociedades, as formas de interação homem-natureza, bem como os meios empregados na transformação das matérias naturais pelo trabalho. Ao longo da história transformam-se as formas de produção material e de reprodução da vida social, da mesma forma e ao mesmo tempo em que se alteram as condições materiais de existência do homem.

O trabalho sob a produção capitalista, dada a sua centralidade para a sociabilidade humana, passa a ser claramente identificado como gerador de valor, expropriando, explorando e controlando o trabalhador, dilacerando toda a estrutura física, psicológica e social dos trabalhadores e incorporando um sentido dual em suas vidas dotado de dor e sofrimento. Isso se dá porque no processo de produção capitalista o trabalho passa a ser estranho ao indivíduo.

A natureza contraditória dessa relação produção-trabalho tem suas matizes na valorização do capital através do processo de extração da mais-valia, da imposição de normas de controle e de manipulação capitalista. A acumulação do capital se dá através da exploração da força de trabalho e de sua dominação pelas relações de classe, relações que valorizam o capital e oprimem a classe trabalhadora. Assim, ganha concretude o modo de produção capitalista, que se funda na exploração do trabalho e que é hoje dominante em escala mundial e não se confronta com outras experiências que desafiem a sua dinâmica (NETTO; BRAZ, 2010).

Nesse contexto, Marx (2008) analisou o capitalismo não como o fim da história, única forma correspondente à natureza humana, mas como um modo de produção historicamente determinado e transitório, cujas próprias contradições internas o levariam à superação. Em suas análises, fica claramente entendido que a base de cada sociedade humana é o processo de trabalho, seres humanos cooperando entre si para fazer uso das forças da natureza e, portanto, para satisfazerem suas necessidades.

Para isso, o produto do trabalho deve, antes de tudo, atender às necessidades do homem, deve ser útil, em seu objeto e finalidade. O que Marx chama de valor de uso, pois seu valor se assenta primeiro e principalmente em ser útil para alguém. Sob o capitalismo, todavia, os produtos do trabalho tomam a forma de mercadorias, feitas não para serem consumidas diretamente, mas para serem comercializadas, postas no mercado para serem trocadas. Nessa relação, na qual os produtos do trabalho passam a ter também um valor de troca, realça-se seu aspecto quantitativo voltado para as relações mercantis. Assim, no modo de produção capitalista o processo de trabalho deve estar além da produção de valores de uso, ele subsume

a satisfação das necessidades humanas à sua demanda para produzir uma mercadoria e ter um valor excedente sobre o produto fruto do trabalho.

Todo esse conjunto de imperativos do capital encontra nas relações de trabalho as condições necessárias para a objetivação de seu projeto societário. Antunes (2006), fazendo uma leitura das transformações vivenciadas no mundo do trabalho na atualidade e demonstrando a centralidade do trabalho na estruturação das sociedades contemporâneas, destaca que, embora submetidos a mais aviltante insegurança, os trabalhadores permanecem como protagonistas das transformações sociais necessárias.

Desse modo, em oposição à sociabilidade do capital é relevante apreender a categoria trabalho enquanto fundamental no processo de humanização do ser social, entendendo que o trabalho possibilita ao homem transformar a natureza e a si, pois a finalidade básica do ser social seria sua realização no e pelo trabalho. Porém, o trabalho se torna estranho ao homem em razão da propriedade privada dos meios de produção e das diferentes formas pelas quais o processo de trabalho se subsume ao processo de valorização do capital, a partir de bases concretas de extração do sobretrabalho que se acentuam no modo de produção capitalista.

Ao longo do século XX foi engendrada uma série de transformações no âmbito do modo de produção capitalista, que configura um novo estágio do capitalismo. Nesse momento se vê reiterada sua estrutura essencial, revivida em algumas formas peculiares de regulação produtiva e social, mas sempre mantendo viva sua chama com novas determinações, isto porque, o capitalismo instaurou mecanismos de desenvolvimento que são próprios da sua lógica, construindo um percurso de largas mudanças que acompanharam o rápido e intenso desenvolvimento das forças produtivas.

Netto e Braz (2010) proporcionam reflexões sobre a história do capitalismo como produto do desenvolvimento das forças produtivas, colocando em destaque os percursos históricos que configuram os diferentes estágios do capitalismo. Esse trafega desde a acumulação primitiva, como forma originária de produção através das manufaturas – que segue do século XVI ao XVIII – caracterizado pelo capitalismo comercial (mercantil). É ainda período em que a burguesia afirma-se como classe controlando as principais atividades econômicas e pondo em cheque os privilégios da nobreza fundiária. Tem-se aí, de acordo com esses autores, a expressão revolucionária dessa classe. Avançado o desenvolvimento das forças produtivas, já sobre a base da grande indústria, o capitalismo atinge sua fase concorrencial (liberal/clássico), estágio que se desenvolveu do século XVIII ao século XIX, com ampla possibilidade de negócios a partir da composição da indústria moderna e da busca imperialista por mercado mundial. Nesse período também ganham relevância as lutas de classes na sua modalidade moderna, fundadas na contradição capital-trabalho, ou mais exatamente na contradição burguesia-proletariado, polo contraditório que tem forte influência para o de-

envolvimento das forças produtivas. Mesmo assim, o desenvolvimento operado era estimulado pelas demandas da industrialização e fortemente marcado pelo positivismo como forma de pensamento expresso pelo domínio das Ciências Naturais (química, física e biologia) e pelo desenvolvimento da eletricidade.

Agora a burguesia era convertida em classe conservadora, com a intenção pura e única de ver mantidas as relações sociais que fundam o regime de acumulação no modo de produção capitalista – o domínio privado dos meios de produção. Assim, foram instauradas reformas sociais a fim de amenizar os efeitos da exploração sobre os trabalhadores, sem que o reformismo burguês alterasse o “direito natural” à propriedade privada dos meios fundamentais de produção.

No final do século XIX se tem o surgimento dos monopólios, concentração de grandes capitais ancorados na produção industrial, e a modificação do papel dos bancos, agora como grupos capitalistas no controle de ramos industriais inteiros. Os bancos avançam com os sistemas de crédito, controle monetário e concessão de empréstimos que configuram “o processo de centralização do capital”, com o mercado de ações. Ocorrem, ainda, grandes alterações nas economias nacionais e na dinâmica econômica como um todo, ou seja, o próprio modo de produção capitalista tem seu domínio estendido globalmente, fazendo com que os monopólios atinjam o mais elevado grau de concentração de capital, com o forte entrelaçamento de ramos industriais e bancários, ainda no final do século XIX. Coloca-se em cena uma fusão entre os monopólios do capital industrial e do capital bancário, que leva à constituição do capital financeiro, que ganhará destaque no estágio imperialista, com transformações que se prolongam até os dias atuais e desempenham papel decisivo. (NETTO; BRAZ, 2010).

Essa é a fase do desenvolvimento do capitalismo que se inicia no final do século XIX. Aqui, as empresas monopolistas multinacionais, já bem consolidadas, tratam de ganhar mercados externos através de grandes acordos comerciais que estabelecem os limites do avanço e as regiões do mundo que cada monopólio dominará, uma nova reedição da partilha econômica do mundo pelo grande capital, se inicia, então, em sua fase imperialista.

Como expressão da própria dinamicidade do capitalismo este estágio também se desenvolveu processualmente. Em sua fase mais clássica, que vai de 1890 a 1940; passando pelos denominados “Anos dourados”, do fim da segunda guerra mundial até os anos 1970; e seguindo desse período até o capitalismo contemporâneo, que penetra em plena vigência no século XXI. (NETTO; BRAZ, 2010).

Com novos incrementos na forma de exploração do trabalhador, em uma perspectiva de manter sua lei geral de acumulação e escapar das tendências à queda das taxas de lucro, desenvolve-se uma trajetória de alta

expansão da produção e de acúmulo de importantes inovações tecnológicas. Essas mudanças na estrutura econômica no seio da sociedade capitalista têm apresentado rebatimentos significativos, também, no campo da Saúde, agravando as condições de vida da população trabalhadora.

Dessa forma vislumbra-se que a saúde está intimamente ligada a outras esferas da vida em sociedade, onde as condições e organização do trabalho tornam-se determinantes para ter ou não uma vida saudável. Quando organizado e gerido de forma precária, o que ocorre nos moldes da sociedade capitalista, tem-se um processo metabólico de destruição da saúde física e mental dos trabalhadores.

O trabalho e a saúde estão, portanto, intimamente articulados e em mútua relação, na medida em que as condições de trabalho contribuem diretamente para manter e reproduzir a situação de explorado e o comprometimento da saúde, integridade física e mental e bem-estar social do trabalhador, o que, por seu lado, está também articulado, no capitalismo, à divisão social do trabalho.

Pensando nisso, procura-se, a seguir, desvendar a relação entre os regimes de acumulação do capital e as consequências para a saúde dos trabalhadores. Compreendendo cada momento a partir de uma processualidade histórica que os articula como unidade diferenciada, uma vez que os elementos essenciais que os caracterizam são determinantes para entender o quadro geral de saúde da classe trabalhadora no capitalismo.

## **2. O taylorismo e a saúde dos trabalhadores**

Antes do ingresso na era dos monopólios, ainda durante a vigência da era concorrencial do modo de produção capitalista no século XIX, centrado na expansão do trabalho assalariado, na plena vigência do Estado Liberal, e na defesa da liberdade e da igualdade jurídicas – com reduzida interferência nas relações de trabalho e validando o contrato privado – Taylor<sup>2</sup> desenvolveu um modelo de divisão do trabalho baseado no controle do tempo e rendimentos, aumentando a produtividade à medida que racionalizava a produção de mercadorias e neutralizava a resistência operária. Separou as atividades de planejamento das de execução, de forma que cada trabalhador era treinado e contratado para um posto de trabalho específico, sendo desconsideradas a aptidão e criatividade do trabalhador num processo maior de expropriação do saber operário.

Nessa fase há uma maior intensificação das tarefas de caráter repetitivo onde os indivíduos são valorizados, prioritariamente, em sua capacidade física, configurando-se enquanto verdadeiros apêndices das má-

<sup>2</sup> Frederick Winslow Taylor (1856 - 1915), foi um engenheiro mecânico norte-americano, que formulou vários preceitos da “Administração Científica”, que se desenvolveu no século XX com sua obra *Princípios da Administração Científica*, publicada em 1911. (AZEVEDO, 2011).



quinas. O que é valorizado é o quanto o trabalhador pode produzir, e não sob que circunstâncias ele produz, parecem ironicamente inexistentes a fadiga, o stress e as extensas jornadas de trabalho, e clara a saúde no trabalho (LENHART; TURMINA, 2007).

O padrão de gestão desenvolvido por Taylor era basicamente fundamentado na observação e na quantificação. Percebeu que seria possível reduzir o tempo destinado à execução de determinadas tarefas, observando que os operários as desenvolviam de formas diferentes, utilizando-se de instrumentos e em espaços de tempo também diferenciados. Sendo assim, ele propôs a racionalização do trabalho conforme o estudo dos tempos e dos movimentos, definindo o tempo considerado necessário para a execução de cada atividade e a padronização do trabalho acarretou um maior controle das operações pelas chefias, onde o resultado final dos processos de trabalho aprofunda a separação entre produto e produtor, em razão desse mesmo trabalho ser tão partido e fragmentado. O operário não se identifica com aquilo que cria, reproduzindo de maneira cíclica a “fórmula produtiva” escolhida através da uniformidade dos movimentos e das tarefas. Essa rígida fragmentação do trabalho acarreta a especialização do trabalhador em determinadas tarefas, executando-as de forma mecânica, automática e repetitiva; é, na verdade, um trabalho “robotizado”, em que o trabalhador é uma mera engrenagem da máquina, pago apenas para acompanhar o ritmo desenvolvido por ela, restando-lhe apenas a execução, pura e simplesmente.

Todo esse movimento tinha um objetivo maior: o alcance da eficiência, refletida na expansão da produtividade e da lucratividade. Caso o trabalhador apresentasse alguma enfermidade logo seria substituído por outro, assim como as peças desgastadas também são. Isto é, em razão das atividades monótonas, repetitivas e excessivamente controladas, aumenta-se a probabilidade de doenças e acidentes de trabalho, ao passo que se diminuem a produtividade e a qualidade do trabalho, tornando-se assim, um elemento redutor da tão almejada eficiência.

No que se refere às condições de trabalho nessa fase do capitalismo, pode-se inferir que o uso de instrumentos ou equipamentos que viessem a reduzir o esforço do trabalhador e o tempo gasto para a execução das atividades implicava diretamente o aumento do tempo sobrando que, mais uma vez, seria utilizado para elevação da produtividade e não para reduzir o impacto da carga de trabalho sobre os trabalhadores, de fato, a ideia era reduzir o desperdício de tempo e aumentar a eficiência, fazendo uso do sobretrabalho. Nessa fase, a preocupação era única e exclusivamente com a eficiência do processo produtivo. Ao trabalhador só cabia mesmo o incentivo salarial e os prêmios por peça produzida, em uma tentativa de ofuscar os interesses econômicos do empregador.

No sistema taylorista o ritmo de produção era intensificado através dos instrumentos de coerção como a pressão pela extensão da jornada de

trabalho; e de consenso, com o incentivo por peça fabricada e prêmios por produtividade. Desse modo, os horários destinados ao descanso eram reduzidos, pois os trabalhadores passam a ser exigidos cada vez mais, tendo como estímulo o aumento do quantum salarial. É importante considerar que as características inerentes aos padrões de produção aqui analisados não constituem uma realidade homogênea em sua adoção nos diferentes países e ramos produtivos.

Em relação ao desgaste físico e mental, a vida em família e em sociedade era comprometida e o lazer não era um elemento presente no cotidiano dos trabalhadores.

As jornadas extenuantes, em ambientes extremamente desfavoráveis à saúde, às quais se submetiam também mulheres e crianças, eram frequentemente incompatíveis com a vida. A aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a acelerada proliferação de doenças infecto-contagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes. (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 22).

Neste padrão, a vigilância em saúde no ambiente fabril era voltada para a reparação de acidentes e doenças do trabalho, não se detendo a prevenção dos fatores de risco, sendo o médico do trabalho conhecido depreciativamente como o “doutor compensação”<sup>3</sup> em razão das práticas puramente curativas. Na França, os médicos das grandes indústrias passam a ser chamados de “médicos de mãos sujas” por estarem sempre a serviço do patronato (GRAÇA, 1999).

A obrigatoriedade das ações em saúde e segurança nas fábricas eram restritas aos exames de seleção ou de aptidão dos trabalhadores e na investigação dos desastres no trabalho. Tem referido destaque já no final do século XIX, em especial na Europa, o princípio da notificação obrigatória das doenças profissionais, consolidado a partir do Factory and Workshop Act of 1833, chamando os médicos a intervirem sempre que havia um caso de patologia suspeita relacionada ao trabalho desenvolvido (GRAÇA, 1999).

A partir desse período, os médicos passam a entrar nas fábricas a partir dos imperativos legais e morais, desenvolvendo ações pontuais e de caráter compensatório, reforçando a cultura imediatista de reparação dos danos, com visão iminentemente biológica, individual, unicausal e restrita à fábrica. Constrói-se assim o campo da Medicina do Trabalho.

### **3. O fordismo e a saúde dos trabalhadores**

As propostas fordistas, inicialmente aplicadas na indústria automobilística, disseminaram-se nas primeiras décadas do século XX e se carac-

<sup>3</sup> Tradução do termo compensation doctor utilizado na Inglaterra no início do século XX. (GRAÇA, 1999).

terizavam pela intensificação da racionalização produtiva de origem taylorista. Essa racionalização baseia-se na linha de montagem, onde são fragmentadas as atividades, resultando na desqualificação do trabalhador. Esse padrão de gestão estendeu ainda mais a jornada de trabalho e, consequentemente, a exploração do trabalhador, que através da esteira automatizada foi submetido à intensificação dos ritmos e dos movimentos nas tarefas parcelares de trabalho.

O fordismo se constituiu como um modo de organização da produção e acumulação capitalista baseado na produtividade e no consumo em massa; um sistema rígido de produção em série, com padrões de fabricação e cuidado especial com a otimização da produção sem desperdícios. Este modo organização da produção que nasceu na própria indústria Ford, nos Estados Unidos, introduziu esteiras rolantes que levavam o chassi do carro e as demais peças a percorrerem a fábrica enquanto os operários distribuídos lateralmente iam montando os veículos (FRAGA, 2007). Porém, um diferencial importante foi o chamado “pacto fordista” que assegurava o aumento da massa salarial e concedia alguns benefícios sociais e trabalhistas em troca de alta produtividade e garantindo o consumo relativamente massivo, principalmente nos países centrais.

Ford fez um acordo geral que aumentou o salário nominal de 2,5 para 5 dólares ao dia. Mas o que Ford pretendia ao dobrar o salário de seus trabalhadores? É claro que a explicação não vem de uma das suas famosas frases ‘quero que meus trabalhadores sejam pagos suficientemente bem para comprar meus carros’, já que eles eram responsáveis por uma fatia muito pequena das suas vendas. O five dollars day acabava com a alta rotatividade dos trabalhadores. Para que continuassem recebendo o salário duplicado, os operários faziam de tudo para permanecerem na Ford Motor Company. Com isso, as funções na linha de produção tinham fixas a elas trabalhadores que ficavam por mais tempo na empresa, aumentando a prática em determinada função e diminuindo o tempo de cada movimento. Além disso, ao impedir a alta rotatividade dos trabalhadores, economizava-se dinheiro gasto em sua preparação e treinamento. (FRAGA, 2007, p. 2).

Uma representação clássica deste processo é identificada na obra de Charles Chaplin “Tempos Modernos” (1936), que retrata de forma brilhante o processo de desumanização promovido pela inserção intensiva de máquinas no sistema produtivo, somado à exaustão do trabalho braçal – fatores esses, amplamente destrutivos para a saúde dos trabalhadores. A acentuação da intensificação produtiva, com as esteiras móveis e a mecanização do trabalho, aprofunda a alienação dos trabalhadores e a divisão entre os que “pensam” e os que “executam”, entre trabalho intelectual e braçal. Associando-se aos estudos de tempo e de movimentos e na remuneração produtiva, ambos desenvolvidos por Taylor, compôs-se, assim, o binômio taylorismo-fordismo.

Assim, o padrão fordista pode ser entendido por uma série de características: a separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência (BAUMAN, 2001); baixa mobilidade dos trabalhadores; homogeneização da força de trabalho; mão-de-obra numerosa e predominantemente masculina (BEYNON, 1995); rotinas de trabalho; controle do tempo; adaptação ao ritmo da máquina e homogeneidade dos produtos (ANTUNES, 2006).

[...] ao operário já não cabia pensar o seu trabalho, mas apenas reagir interpretativamente aos movimentos que o ritmo do processo de trabalho impunha ao seu corpo. O processo de trabalho não dependia da mediação de sua interpretação para que tivesse seqüência. Seu corpo fora transformado num instrumento dos movimentos automáticos da linha de produção. (MARTINS, 1994, p.18).

É justamente nesse período que surgem as primeiras ações de segurança do trabalho e, com o advento do padrão taylorista-fordista, perduram as ações de Medicina do Trabalho<sup>4</sup>, como expressão das lutas de classes e da pressão dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. A medicina atua no serviço da seleção de pessoal e na vigilância periódica da saúde do operário-massa, atuando com o intuito de prover o máximo de rendimento do trabalhador com o menor desgaste biológico. O trabalhador era visto como uma máquina que deve ter total eficiência e o mínimo de manutenção, em contrapartida, sem “garantia de fabricação”. Aqui começam a ser desenvolvidas os fundamentos da Saúde Ocupacional, com base na Higiene Industrial já considera a multicausalidade, mas reitera os limites e práticas da Medicina do Trabalho (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997). Apresenta, ainda, caráter meramente curativo, com solução rápida para os acontecimentos, de forma a não interromper o processo de produção, sendo requerida a reposição do trabalhador de forma breve. Assim como uma peça que se troca na engrenagem quando já está desgastada.

#### **4. O trabalho “flexível” no toyotismo e a saúde dos trabalhadores**

De acordo com Mota e Amaral (2008), no contexto da crise capitalista contemporânea, o atual processo de reestruturação produtiva é, na verdade, um processo de restauração econômica capitalista para recomposição do ciclo de reprodução do capital, apresentando novas modalidades de produção e de reprodução social da força de trabalho. Esses elementos expressam mais uma das estratégias do capital no enfrentamento de mais um momento de crise, identificado em meados das décadas de 1960/1970,

<sup>4</sup> Marx (2008) em *O Capital*, já citava, em especial no capítulo que trata da Grande Indústria (a Indústria Moderna), os relatórios governamentais ingleses que atestavam a presença dos médicos no ambiente fabril.

a fim de reorganizar as fases do ciclo global, necessários à manutenção do processo de reprodução da sociabilidade capitalista.

O processo de reestruturação produtiva – enquanto reestruturação da produção e reorganização dos mercados – determina, também, um conjunto de mudanças nas formas de organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho. Novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho são adotadas, com a intenção de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas (MOTA; AMARAL, 2008).

Constitui-se, então, a terceira fase dos estágios capitalistas, que se caracteriza pela mundialização do capital – com a forte marcha do capital imperialista financeiro –, cuja estratégia político-global de reestruturação afeta os processos produtivos e a gestão do trabalho. Instaura-se a “acumulação flexível” (HARVEY, 2010), de base toyotista, e a desterritorialização da produção, com intensa incorporação de tecnologias resultantes dos avanços técnico-científicos da informática, da robótica e da microeletrônica. Além desses elementos, outros incidem diretamente sobre a classe trabalhadora, com a intencionalidade de quebra da consciência de classe e a tendência que generaliza formas de precarização das relações e condições de trabalho.

A necessidade real do processo de reestruturação produtiva se afirma por meio de novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho, na redefinição das formas de subordinação do trabalho ao capital através do consentimento ativo dos trabalhadores ao atual processo de recomposição do capital. Se apresentam, em verdade, como formas reatualizadas de exploração do trabalho, revestidas pela cultura pacífica e pelas soluções negociadas. Afeta diretamente os processos de trabalho, operando mudanças de ordem técnica, amparadas em práticas essencialmente políticas (MOTA; AMARAL, 2008).

Os trabalhadores tendem a se reordenar, em razão do risco e ameaça do desemprego estrutural, como expressão de uma modernização conservadora. A principal estratégia foi externalizar custos e partes da produção, a fim de proporcionar maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho. Assim, a classe trabalhadora adere, principalmente, aos mecanismos de externalização da produção pela via da terceirização, quebrando os vínculos de ligação do trabalhador com a grande empresa e proliferando outras tantas formas de desproteção do trabalho, tais como o trabalho autônomo e em domicílio, entre outras, e o trabalhador tem a falsa sensação de ser livre por estar diretamente desvinculado da empresa, consolidando formas reiteradas de exploração capitalista.

Assim, o processo de reestruturação das fábricas implica na modernização da tecnologia empregada no processo produtivo, e ainda, na modernização da gestão da produção, porém, o que se pode observar é a aproximação de uma realidade própria do taylorismo-fordismo, mesclada



com características da “acumulação flexível” – trazida aqui a partir do entendimento apresentado por Harvey (2010) –, para o qual há uma intensificação do trabalho aliada à exigência de polivalência.

No atual processo de reestruturação produtiva predominam, ainda, a circulação de capitais, agora em um sistema globalizado pelo amplo arsenal tecnológico-informacional e os investimentos especulativos conectados ao fenômeno de mundialização do capital e de comprometimento das soberanias nacionais.

O Brasil apresenta uma peculiaridade: não se chegou a ver consolidado o padrão taylorista-fordista e, já se passou a experimentar a acumulação flexível. Antes mesmo que o primeiro padrão se consolidasse, de fato, já foi atropelado pelo outro. O mais interessante, e não menos preocupante de analisar, é que esses padrões convivem, ainda hoje, à luz do mesmo cenário, o que possibilita a manutenção de relações obsoletas de trabalho, juntamente aos antagonismos provenientes das rápidas transformações no mundo do trabalho.

[...] a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento etc. (MOTA; AMARAL, 2008, p.35).

Mota e Amaral (2008) ainda reportam que, dentre as expressões particulares do movimento de reestruturação produtiva no Brasil, ganha destaque: a cultura modernizadora de valorização da eficiência privada; a desresponsabilização do Estado; a empregabilidade; a lógica de parceria capital-trabalho e a passivização da classe trabalhadora. Trata-se não só de destruir os processos de organização dos trabalhadores, mas de inflexionar os objetos de suas reivindicações em outros significados que sejam favoráveis ao capital. A intencionalidade é formar uma “cultura do trabalho” que atenda às necessidades da acumulação capitalista, difundindo conservadorismos e aproximação dos diversos projetos políticos existentes, em uma falsa e ilusória igualdade de classes.

No processo de industrialização brasileiro é possível identificar nitidamente a convivência de diferentes modalidades de inserção do trabalhador, expressando uma realidade na qual a organização do trabalho se apresenta de forma ainda mais complexa. Tal processo se coloca diante do regresso da precarização das relações e condições objetivas de trabalho, ou seja, frente a formas distintas de vinculação ao trabalho, com características de fases específicas do capitalismo que convivem, simultaneamente, em uma mesma lógica produtiva.

A partir dos anos 1970, e mais precisamente nas décadas seguintes, se assiste ao retorno ou, pelo menos, ao crescimento de formas de assa-

lariamento pretéritas, que aparecem como produto da “flexibilização” das relações de trabalho na perspectiva do capitalismo global. Apresentam-se como um conjunto de transformações radicais na sociedade em termos econômicos, políticos e sociais, que recuperam, reformulam e reappropriam formas de utilização da força de trabalho presentes desde os momentos iniciais do capitalismo industrial (LIMA, 2007).

Sendo assim, mesclam-se relações de trabalho pré-capitalistas com o que há de mais moderno em termos de produção e gestão do trabalho. É a recuperação de antigas formas de vinculação da força de trabalho em um contexto de precarização. Lima (2007, p. 50) destaca, ainda, que se trata da “[...] permanência de formas de assalariamento, típicas do capitalismo industrial em seus momentos iniciais, que se tornaram resquícios num momento de desenvolvimento desse mesmo capitalismo [...]”.

Essa convivência de modalidades e padrões diferenciados adentra a realidade das fábricas (e empresas e demais organizações, em geral) brasileiras absorvendo elementos próprios das mudanças estruturais do sistema capitalista, engendrando em seus processos internos características gerais da forma como a sociedade está organizada sob a lógica do capital. As transformações societárias, ao reconfigurarem as necessidades sociais existentes, possibilitam a criação de outras necessidades, já que metamorfoseiam a produção e a reprodução da sociedade (NETO, 1996). Vê-se, agora, não só a permanência das características da produção industrial do passado taylorista-fordista, mas também a existência de formas de cooptação dos trabalhadores, através do engajamento destes aos objetivos da empresa, exigido na palavra da fidelidade dos trabalhadores aos valores empresariais. Conforme Heloani (1996, p. 97):

O objetivo desses enunciados consiste na imposição de um quadro de referências que obrigatoriamente seja utilizado pelos indivíduos no interior da empresa e, ao fazê-lo, os trabalhadores reforçam o corpo de representações inerentes ao conjunto de valores e à codificação que impõem à realidade. Em síntese, o sistema de regras se estrutura como uma gramática dirigida à identificação com os valores da empresa, em particular à subordinação necessária do trabalho ao capital e, nesse processo, a linguagem desempenha papel essencial.

As empresas têm aderido a esses novos fenômenos de reestruturação organizacional e não o fizeram aleatoriamente, pelo contrário, isto se torna imperativo frente às novas demandas do capital, que exigem rapidez, agilidade e inovação. Nessa perspectiva a força de trabalho passa a ser utilizada, mais intensamente, como forte potencial de lucratividade, deixando de ser um simples recurso de produção para se tornar, de modo incomparável, um elemento de pró-atividade e de competitividade, sendo de extrema relevância para o cumprimento de metas e para a produção de positivas taxas de rendimento. Características essas que tentam subscrever

os elementos essenciais do trabalho, omitindo o trabalho como produtor de valor em sua natureza constituinte, e conduzindo isso como prerrogativa do modo de produção capitalista.

Já foi visto, anteriormente, que, sob o capital, os interesses são contraditórios entre aqueles que vendem a força de trabalho e os que a exploram. E que, na atualidade, mantendo-se tais características, são apresentadas propostas de adesão ativa dos trabalhadores ao seu ideário. São ações que visam minimizar as tensões de classe, mas que de fato não eliminam a condição explorador-explorado, inerente ao sistema social do capital.

O que difere na forma de controle (via cooptação) do trabalhador pelo capital, no toyotismo, é a introdução de elementos que tentam mascarar a exploração com um sistema de benefícios sociais, salários indiretos e premiações. A atual “gestão de pessoas” entende que além da remuneração fixa, é necessário incentivar continuamente as pessoas para que sejam capazes de alcançar resultados satisfatórios, apresentando a percepção dos trabalhadores enquanto “parceiros” das organizações, como colaboradores no fornecimento de conhecimentos, habilidades e competências; no entanto, esses não deixam de ser meros recursos da empresa, partícipes da grande engrenagem.

Pode-se observar que houve mudanças nas formas de controle, passando este a ser de cunho mais subjetivo e quase imperceptível, com vistas a um comprometimento silencioso que envolva a alma dos trabalhadores, o que acabava refletido nas suas formas de adoecimento. Esse é o caso do assédio moral<sup>5</sup>, fenômeno que se faz presente na realidade organizacional, mas que, frequentemente, é banalizado, e até ignorado; algumas vezes por indiferença, outras por covardia e, na maioria das vezes, a razão é o próprio desconhecimento.

Os agravos silenciosos incorporam o rol das formas mais diversificadas de como a moralidade do capital afeta à saúde e adoce o trabalhador como circunstância mais direta e visível. De acordo com Barreto (2003), outras formas de agravos como a violência e o assédio moral, qualificam-se como formas subjetivas e sutis de violência, que adoecem os sujeitos e lhes retiram o sentido do ser social, tornando-se então necessário desvendar essas formas de violência no trabalho que se apresentam de forma crescente e grave no cotidiano da organização do trabalho. Isto levanta a necessidade, no cotidiano das ações profissionais, de um olhar direcionado ao sujeito e não só à doença/agravo, como meio para analisar o “subtexto” das queixas apresentadas.

<sup>5</sup> O assédio moral é um fenômeno antigo, mas só a partir da década de 1990 vem despertando o interesse dos estudiosos. Caracteriza-se por situações humilhantes e constrangedoras, que degradam a dignidade da pessoa humana, principalmente durante o exercício de suas funções laborais. Esta prática afeta fisicamente e psicologicamente os trabalhadores – motivo pelo qual está sendo enquadrado no campo das doenças relacionadas ao trabalho. O termo “assédio moral” teve grande repercussão a partir da obra, da psicóloga francesa Marie-France Hirigoyen, “Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano”, de 1998. (HIRIGOYEN, 2002).

É no toyotismo que surgem os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), “valorizando” o trabalho em equipes autogeridas, com ênfase na melhoria da qualidade, com a proposta de oferecer um espaço para que os trabalhadores participem da solução de problemas ligados à empresa, melhorando a comunicação e o relacionamento interpessoal na hierarquia funcional. Tais estratégias ocultam seus limites, uma vez que, efetivamente, não alcançam os espaços decisórios, seja no interior das empresas e demais organizações, seja no campo mais amplo das decisões político-governamentais.

Já os processos de desgaste-reprodução dos trabalhadores não têm sido revertidos ou amenizados, simplesmente vêm adquirindo novos padrões, tendo acentuado a presença de elementos que configuram a relação trabalho-saúde, considerando a existência de características próprias a cada padrão em termos de perfil de adoecimento (morbi-mortalidade). Desse modo, os processos de trabalho se apresentam de forma mesclada, onde os diferentes padrões de gestão do trabalho se confundem e se completam em um misto de produção e de superexploração do trabalho, coadunando, também, novas e reiteradas formas de adoecimento da classe trabalhadora.

É importante lembrar que no cenário brasileiro, no que se refere aos processos produtivos, pode-se desvelar que em uma mesma organização convivem tecnologias de primeira dimensão, aquelas provenientes do momento de acumulação flexível e processos de trabalho característicos das fases anteriores, mais próximas do padrão taylorista-fordista. Da mesma forma, convivem, conseqüentemente, acidentes de trabalho típicos, com mutilações, amputações e mortes, além das doenças profissionais ligadas a determinados ramos da produção e doenças relacionadas ao trabalho, relacionadas mais proximamente ao atual padrão de organização e gestão da produção.

Ao passo em que o capital investe fortemente na ampliação dos níveis de acumulação, o trabalhador é cada vez mais explorado até chegar o seu esgotamento físico e mental, sujeitando-se a atividades precárias, em razão da insegurança que permeia os ambientes de trabalho. Se sujeita também a fortes pressões pela responsabilidade da qualificação, pela manutenção do emprego e pela forte concorrência, no interior dos ambientes de trabalho, aliadas ao desemprego, “traduzido atualmente na angústia mais aterradora do indivíduo”, que eleva sobremaneira as doenças relacionadas ao trabalho derivadas dessas condições de trabalho (LENHART; TURMINA, 2007).

Na atualidade multiplicam-se novas propostas capitalistas, tais como o conceito de “responsabilidade social empresarial”, que se apresenta enquanto uma ferramenta de gestão utilizada para garantir transparência e compromisso ético com as demandas sociais dos trabalhadores (CHIAVENATO, 2004). Na verdade, sabe-se que tal proposta não significou nem a efetivação de ambientes de trabalho menos nocivos, nem o de-

envolvimento de processos produtivos sem danos ambientais. Ao contrário, apenas incluem as responsabilidades em segurança e saúde no trabalho no âmbito do marketing social e empresarial, com planos de autogestão que transformam saúde em negócio, bem como os programas de redução de acidentes, compromisso com questão ambiental e responsabilidade social enquanto prerrogativas de mercado.

Essa tendência de responsabilidade social, enquanto uma das muitas visões que se ancoram no atual ambiente pós-moderno, reproduzindo-se amplamente no senso comum, em especial no trato das expressões da “questão social”, coloca como o grande desafio para a atualidade a proposta de responsabilizar os indivíduos, as empresas, a “sociedade civil”. Configura-se aqui uma reatualização das perspectivas de humanização do capitalismo, desconsiderando que o capitalismo, em si, produz contraditoriamente processos de humanização/desumanização.

A forma como o desenvolvimento histórico do capital acontece, contemporaneamente, faz com que se mantenha uma relação de destruição com a natureza, uma apropriação em que as relações sociais sob o capital, não pensam o futuro da humanidade em seu sentido histórico de desenvolvimento do gênero humano, já que se volta, fundamentalmente, para a produção de valor de troca.

Essas mudanças na estrutura econômica no seio da sociedade capitalista têm apresentado rebatimentos significativos também no campo da Saúde, agravando as condições de vida da população, exigindo das políticas sociais públicas, uma atenção que contemple a totalidade das relações sociais que atravessam o cotidiano dessas instituições e seus diferentes níveis de atenção.

No Brasil, as discussões em torno da Saúde do Trabalhador aparece no contexto conjuntural da década de 1980, marcado por reivindicações sociais e sindicais que lutavam por melhores condições de vida e de trabalho. Tal concepção permite tratar a saúde do trabalhador como “questão social” na medida em que passa a ser vista como resultante das condições de vida, de trabalho, das relações Estado-sociedade, etc. Enfim, quando a politização da saúde como questão política e social é colocada para a sociedade brasileira, se materializando na luta em prol da construção de uma sociedade democrática.

Desse modo, as ações em Saúde do Trabalhador devem zelar pela saúde nos ambientes laborais e nas relações dos indivíduos sociais com o trabalho. Se apresenta como um agir político ligado às lutas coletivas por uma vida digna e como um campo de produção do conhecimento voltado para uma ação transformadora e em permanente construção (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997). A Saúde do trabalhador se coloca como campo em disputa com as práticas hegemônicas da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional.

A questão central da temática Saúde do Trabalhador é, sobretudo, observar a relação trabalho/saúde-doença, ou seja, o entendimento que os



processos de trabalho têm papel determinante nas formas de adoecer e morrer da classe trabalhadora. Trata-se de uma relação que tem como característica o fato de enxergar as questões de saúde e de trabalho em sua dimensão de totalidade e reconhecer o ambiente de trabalho capitalista enquanto um espaço de exploração e alienação da classe trabalhadora. Constata-se, assim, que a relação capital-trabalho, assentada na extração de mais-valia, se apresenta como uma “máquina” destruidora da saúde e, portanto, dila-ceradora da sociabilidade humana.

Esse processo está aqui compreendido como fenômeno integrante e indissociável dos mecanismos de exploração e dominação engendrados pelo sistema capitalista ao longo de suas transformações históricas. Portanto, as repercussões na saúde dos trabalhadores são analisadas enquanto uma das manifestações existentes na forma de gestão do trabalho, analisadas em uma perspectiva de crítica da economia política. Decorrente dessa interpretação, os agravos à saúde física e mental dos trabalhadores são expressos como dimensão dialeticamente articulada à exploração da classe trabalhadora, em uma construção teórica que concebe o trabalho e a saúde na sociedade capitalista, enquanto componentes de uma contraditória e metabólica relação.

Há, na contemporaneidade, uma evidente sobrecarga da força de trabalho que vive uma brutal intensificação dos ritmos da produção, voltadas para a resolução dos problemas estruturais de valorização do capital. Dessa forma, o capital, faz uso de todas as ferramentas de controle, coerção e opressão para fazer os trabalhadores produzirem cada vez mais, engendrando assim, um ambiente de trabalho precarizado. Tais aspectos estruturantes do processo de trabalho capitalista, longe de ser potencializadores das possibilidades humanas, limitam o trabalho a uma mera condição de força motriz, exprimindo-se, assim, como um traço destruidor das capacidades do ser social. Mesmo com toda intensificação do trabalho, o homem torna-se, contraditoriamente, mero instrumento de sua produção.

Mesmo que o discurso hegemônico queira nos fazer acreditar, segundo Dejours (2006, p. 27) “que o sofrimento no trabalho foi bastante atenuado ou mesmo completamente eliminado pela mecanização e a robotização”, as formas de organização do trabalho na sociedade capitalista, sobretudo as contemporâneas, revelam que por trás do progresso técnico e inovações dos processos gerenciais temos inúmeros trabalhadores inseridos em relações e condições de trabalho precárias, inclusive desenvolvendo atividades sob condições penosas que não acompanham os avanços da produção humana e que se configuram em novas formas de explorar o trabalhador e de reforçar a insegurança no trabalho. O que nos leva a afirmar que, do taylorismo ao toyotismo, a “forma” de organizar o trabalho e os respectivos processos de trabalho e gestão da força de trabalho mantêm estreita relação com as formas de adoecimento dos indivíduos, configurando-se historicamente como determinantes para a saúde.

### **Considerações finais**

Ao longo do século XX foi engendrada uma série de transformações no âmbito do modo de produção capitalista que configurou um novo estágio do capitalismo. Nesse momento se vê reiterada sua estrutura essencial, revivida em algumas formas peculiares de regulação produtiva e social, mas sempre mantendo vivas suas determinações essenciais. O capitalismo instaurou mecanismos de desenvolvimento que são próprios da sua lógica, construindo um percurso de largas mudanças que acompanharam o rápido e intenso desenvolvimento das forças produtivas como engrenagens que movem a história do capitalismo. Dessa forma, coloca-se em destaque os percursos históricos que configuram seus diferentes estágios e delimita-se suas transformações mais relevantes.

Independente de que fase do capitalismo que se trate, sabe-se que em todas elas ocorrem formas diretas e ativas de degeneração da saúde dos trabalhadores e da população em geral. Por isso mesmo, junto à luta por melhorias de salários, sempre se constituiu ponto de pauta e objeto da luta dos trabalhadores a exigência por condições salubres e seguras de trabalho. Os diferentes padrões de gestão da força de trabalho e de organização dos processos de produção – taylorismo, fordismo e o toyotismo – constituem, portanto, formas diferenciadas de exploração do trabalho e da classe trabalhadora, bem como de enfrentar a questão da saúde dos trabalhadores, mas que essencialmente reiteram a vitalidade do capital em seu processo de exploração da força de trabalho.

A proposta deste artigo foi analisar o trabalho sob a sociabilidade capitalista, a partir das mudanças organizacionais provocadas pelas alterações no mundo do trabalho. Foi identificada, na atualidade, a convivência de modelos distintos de gestão da força de trabalho, caracterizados pela permanência de elementos próprios da realidade taylorista-fordista, potencializados por estratégias de produção e gestão do trabalho provenientes da acumulação flexível. Desvela-se, assim, dentre os elementos contraditórios dessa realidade, que as novas relações de trabalho continuam a reproduzir aspectos quase que “pré-capitalistas” de exploração humana e reiteradas formas de cooptação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que mantêm “antigas” formas de agressão à saúde dos trabalhadores que se combinam às “novas” demandas do atual processo de reestruturação do capital.

O trabalho sob a sociabilidade capitalista adquire uma nova configuração, passa a ser estranho aos sujeitos, concebido enquanto uma atividade social dotada de sofrimento, exploração e destruição das capacidades emancipatórias dos indivíduos. No modo de produção capitalista a interseção do trabalho na saúde passa a adquirir uma relação contraditória, na qual, quanto mais o trabalhador vende sua força de trabalho, menos saúde possui. Desse modo, é pelo trabalho e pelas experiências vivenciadas no

ato de trabalhar que a humanidade se constitui. A exploração do trabalho e a submissão da classe trabalhadora às formas mais degradantes de vida são incompatíveis com as possibilidades reais de liberdade e vida plena dos homens. Assim, é impossível pensar, sob o capitalismo, condições sociais que garantam a plena realização das potencialidades do ser social e que, principalmente, apresentem à humanidade condições para sua emancipação.

**Referências**

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 27, p. 5-17, fev. 1995.
- BARRETO, M. M. S. *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC, 2003.
- AZEVEDO, V. A. G. *Trabalho e saúde na sociedade capitalista: uma relação inversamente proporcional*. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- CHIAVENATO, I. *Gestão pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FRAGA, A. B. *Da rotina à flexibilidade: análise das características do fordismo fora da indústria*. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/imagens/3fraga.pdf>> Acesso em: 24 set. 2007.
- GRAÇA, L. *Da velha medicina do trabalho à nova saúde ocupacional*. 1999. Disponível em: <<http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos7.html>>. Acesso em 29 out. 2007.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* 19a. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- HELOANI, J.R.M. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1996.
- HIRIGOYEN, M.F. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- LENHART, G.E.; TURMINA, A.C. A LER nas novas relações de trabalho. Disponível em: <[http://www.sjsc.org.br/noticias/ler\\_nas\\_relacoes\\_de\\_trabalho.htm](http://www.sjsc.org.br/noticias/ler_nas_relacoes_de_trabalho.htm)> Acesso em: 05 out. 2007.
- LIMA, J.C. Do assalariamento e suas variações: do trabalho típico ao atípico. In: BORSOI, I.C.F.; SCOPINHO, R.A. (Org.). *Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARTINS, J. S. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 1-29, nov. 1994.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S.M.F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.13, 1997.

MOTA, A.E.; AMARAL, Â.S. Reestruturação do capita, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E. (Org.) *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J.P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, abr. 1996, p. 87-132.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. Biblioteca Básica de Serviço Social, v.1. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Recebido em 30 de agosto de 2013.

Aprovado para publicação em 20 de novembro de 2013.